Jornal UFG

Impresso Especial
9912229887-DR/GO
UFG
CORREIOS

PUBLICAÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – ANO V – Nº 39 – AGOSTO 2010

Eleições:
a importância de participar

Seja o candidato ou o eleitor, nas ruas ou nas redes sociais da internet, o mais importante em época de eleições é envolver-se, de forma consciente, nesse processo que é essencial à democracia. Este mês o Jornal UFG discute diversos aspectos da participação dos brasileiros nas eleições.

Elementos dos processos eleitorais
Professores debatem a obrigatoriedade do voto e as mobilizações sociais (página 6 e 7)

O mundo da política ainda é muito masculino
Confira a entrevista com a professora Denise Paiva, da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, sobre a participação feminina na política do estado de Goiás (página 3)

Redes sociais: a interatividade na política
Pesquisa investiga o uso político-eleitoral do Twitter pelos políticos (página 10)

Maior autonomia para as universidades
Conheça os detalhes e uma análise dos três decretos e da medida provisória assinados pelo presidente da República e que representam ganhos inéditos para as universidades (editorial e página 5)

UFG 50 ANOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CONHECIMENTO SEMPRE PRESENTE

EDITORIAL

Orlando A. Valle do Amaral *

Medidas anunciadas pelo Presidente Lula significam avanços para as Ifes

Recentemente, no dia 19 de julho, em reunião com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o Presidente Lula anunciou a edição de três decretos e uma medida provisória, relacionados a temas da mais alta relevância para as Universidades Federais. O Decreto nº 7.232, que trata da criação do quadro de referência de técnicos administrativos; o Decreto nº 7.233, que trata de tópicos relacionados à autonomia universitária"; o Decreto nº 7.334, que trata da Assistência Estudantil, e a Medida Provisória nº 495 que trata de alguns aspectos da lei de licitações e da lei que dispõe sobre as relações entre as IFES e suas fundações de apoio.

A Constituição Federal (CF), em seu artigo 207, aborda a autonomia universitária nos seguintes termos: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão". Esse artigo nunca foi plenamente regulamentado, a despeito de todos os pleitos da comunidade universitária, representada por seus sindicatos e entidades representativas, especialmente a Andifes.

O Decreto nº 7.233 trata da autonomia da gestão financeira das IFES. Embora identificado informalmente como "Decreto da Autonomia", deve-se esclarecer que ele aborda apenas alguns itens relacionados à autonomia universitária. O grande mérito desse decreto é introduzir dispositivo legal que determina, em seu artigo 20, que "Na elaboração da proposta de projeto de lei orçamentária anual da União, o órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, deverá contemplar a autorização para a abertura de créditos suplementares pelo Poder Executivo em favor das universidades federais e hospitais universitários". Simplificadamente, isso significa que, sob certas condições, recursos não utilizados no exercício possam retornar à instituição no exercício seguinte. Isso resolve um antigo problema caracterizado, por exemplo, pela situação em que créditos orçamentários alocados para à instituição no final do ano, sem tempo hábil para realização de licitação e do correspondente empenho, tivessem de ser devolvidos ou aplicados de forma não planejada ou, como era prática comum no passado, transferidos para as fundações de apoio para aplicação no ano seguinte.

Outro importante artigo desse decreto diz respeito à matriz de distribuição de recursos entre as IFES. Essa matriz, que vem sendo utilizada há vários anos, passa a ser "institucionalizada" por meio do artigo 40, que diz em seu parágrafo primeiro que "A matriz de distribuição de recursos será elaborada a partir de parâmetros definidos por comissão paritária, constituída no âmbito do Ministério da Educação, integrada por membros indicados pelos reitores de universidades federais e por aquele Ministério". Os parâmetros a serem definidos pela comissão levarão em conta: o número de ingressantes e concluintes; a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento; a produção do conhecimento, o número de patentes, a relação aluno-docente, a avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); os programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) e seus respectivos conceitos e a existência de programas institucionalizados de extensão.

Já o Decreto nº 7.232 cria o chamado Quadro de Referência de Servidores Técnico-administrativos (QRSTA) das IFES. Fica definido nesse decreto o quantitativo de servidores técnico-administrativos de cada IFES e fica criado um mecanismo de reposição imediata das vacâncias ocorridos no segmento. Ressalte-se que mecanismo equivalente já existe, desde 2007, para servidores docentes, com a criação do banco de professor equivalente. Assim, as evasões de servidores técnico-administrativos, ocorridas a partir de 1º de julho de 2010, poderão ser imediatamente supridas sem a necessidade de autorização prévia do Ministério do Planejamento. O Conselho Universitário da UFG já aguardava a implantação desse mecanismo e designou uma comissão para revisar a resolução especifica de alocação de servidores técnicos-administrativos e assim criar um mecanismo interno para esta recomposição do quadro de pessoal. Mesmo não resolvendo definitivamente o crônico problema da falta de pessoal técnico-administrativo, gerado pelas vacâncias ocorridas nos últimos anos, sem a correspondente reposição, a partir da edição desse decreto pelo menos estanca a sangria.

O Decreto nº 7.234 basicamente institucionaliza o Programa Nacional de Assistência Estudantil, definindo os objetivos e os critérios para a utilização dos recursos. Esse programa, em vigência desde 2008, e agora devidamente institucionalizado, representou um divisor de águas na sustentabilidade da assistência estudantil nas IFES, cujos reflexos, espera-se, se farão sentir em melhores índices de permanência dos estudantes e maiores taxas de conclusão de cursos.

Finalmente, a Medida Provisória nº 495 altera a Lei de Licitações (8.666) ao definir uma margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras. Em relação à Lei nº 8.958, que dispõe sobre as relações entre as IFES e as suas Fundações de Apoio, a MP nº 495 define melhor o conceito de desenvolvimento institucional referenciado naquela lei, permitindo a contratação da fundação para projetos caracterizados como de desenvolvimento institucional, desde que o objeto da contratação esteja previsto no plano de desenvolvimento institucional (PDI) da instituição. Com a edição dessa MP, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as demais agências financiadoras oficiais de fomento ficam autorizadas a realizar convênios e contratos com as fundações de apoio. Estas ficam também autorizadas a pagar bolsas a estudantes participantes de projetos desenvolvidos em parceria com as IFES, o que não era permitido pela legislação anterior.

Mesmo reconhecendo o avanço alcançado com a edição dessas medidas, há que se registrar o longo caminho ainda a ser percorrido para se alcançar a autonomia universitária prevista no artigo 207 da CF de 1988.

*Pró-reitor de Administração e Finanças da UFG

CÂMPUS EM FOCO

UFG lança microscópio virtual

Lara Carolina

Para fornecer aos estudantes de educação a distância (EaD) conhecimentos que lhes permitam manipular um microscópio e proporcionar-lhes atividades educativas que antes só seriam viáveis em laboratório, o Centro Integrado de Aprendizagem em Rede (Ciar) da UFG lançou, no dia 4 de agosto, o Microscópio simulado em realidade virtual aumentada (Mira). Trata-se de um *software* desenvolvido por meio de uma parceria do Ciar com o Instituto de Ciências Biológicas (ICB). Com esse recurso didático os estudantes poderão visualizar células do banco de dados do programa e analisá-las como se estivessem diante de um microscópio real. O projeto nasceu da necessidade de professores do curso de especialização a distância em Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Biologia da UFG. O recurso é disponibilizado em um Cd-rom, facilmente executável em qualquer computador e dispõe de uma tecnologia de marcadores de realidade aumentada que funcionam quando a webcam decodifica imagens de amostras presentes em fichas na tela do computador.

Coordenam o projeto os professores Wagner Bandeira e Simone Maria Teixeira de Sabóia Morais. As imagens e descrições foram feitas pelos professores Joana Cristina Neves de Menezes Faria, Moemy Gomes de Moraes e José Oscar Rodrigues de Morais.

Jornal UFG

Publicação da Assessoria de Comunicação
Universidade Federal de Goiás
ANO V – Nº 39 – AGOSTO 2010

ASCOM – Reitoria da UFG – Câmpus Samambaia
C.P.: 131 – CEP 74001-970 – Goiânia – GO
Tel.: (62) 3521-1310 /3521-1311 – Fax: (62) 3521-1169
www.ufg.br – imprensa@reitoria.ufg.br – www.ascom.ufg.br

Universidade – Reitor: Edward Madureira Brasil; **Vice-reitor:** Eriberto Francisco Bevilaqua Marin; **Pró-reitora de Graduação:** Sandramara Matias Chaves; **Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação:** Divina das Dores de Paula Cardoso; **Pró-reitor de Extensão e Cultura:** Anselmo Pessoa Neto; **Pró-reitor de Administração e Finanças:** Orlando Afonso Valle do Amaral; **Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos:** Jeblin Antônio Abraão; **Pró-reitor de Assuntos da Comunidade Universitária:** Ernando Melo Filizzola.

Jornal UFG – Coordenadora de imprensa e editora-geral: Silvana Coleta Santos Pereira; **Editora:** Michele Ferreira Martins; **Editora-assistente:** Kharen Stecca; **Conselho editorial:** Angelita Pereira, Goiamérico Felício Santos, Ivan Torres Nicolau de Campos, Maria das Graças Monteiro Castro, Silvana Coleta, Venerando Ribeiro de Campos, Célia Sebastiana Silva; **Suplentes:** Valéria Maria Soledade de Almeida, Suely Henrique de Aquino Gomes; **Revisão:** Maria José Soares e Ana Paula Ribeiro; **Projeto gráfico e editoração eletrônica:** Cleomar Gomes Nogueira e Reuben Lago; **Fotografia:** Carlos Siqueira; **Redatora:** Agnes Arato; **Repórter:** Patrícia da Veiga Borges; **Colaboradores:** Adriana Rodrigues, Josete Bringel **Estagiários:** Angélica Queiroz, Marcela Guimarães, Renato Joseph, Illa Rachel (jornalismo) Nayara Nery (Design Gráfico) e Vinícius Batista (fotografia). **Bolsistas:** Abner Vinícius Alves Peres e Nádilla Cardoso. **Secretaria administrativa:** Leonardo Rezio.

Impressão: Centro Editorial e Gráfico (Cegraf) da UFG.

MULHERES NA POLÍTICA:

Questão de equidade

Kharen Stecca

Denise Paiva Ferreira, professora da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, coordena uma pesquisa sobre a participação das mulheres na política em Goiás e tem se aprofundado no tema. Nos próximos meses, a pesquisa deixará o contexto estadual, sendo ampliada para âmbito nacional, com a parceria de pesquisadores de outros estados e a publicação de um livro sobre a temática.

Para a pesquisadora a baixa participação feminina tem, entre outras explicações, uma não prioridade do tema para o movimento feminista. "O movimento buscava espaço no mercado de trabalho, nos movimentos sociais, mas não na política partidária e institucional", diz a professora. No entanto, ela acredita que o cenário vem mudando aos poucos e que, na política local, as mulheres já começam a se destacar. A professora recebeu o **Jornal UFG** para discutir os rumos da participação feminina na política brasileira.

Quais as principais características da atuação das mulheres na política brasileira?

Nessa fase das pesquisas ainda estamos fazendo entrevistas com as deputadas federais, estaduais e prefeitas. Mas o que tem chamado a atenção em Goiás e e em todo o Brasil é a baixa representação das mulheres na política, em especial no Congresso Nacional, se compararmos o Brasil com outros países americanos ou europeus. A média de mulheres nos parlamentos de acordo com dados da *Internacional Organization of Parliaments*, um *website* que reúne dados sobre parlamentos do mundo inteiro, é de 18%; já no Brasil, a média fica entre 6% e 7%. Ou seja, estamos muito abaixo de outros países, até mesmo árabes, em representação das mulheres.

No Brasil, o *locus* com maior participação das mulheres é a política local, a prefeitura e a câmara de vereadores. As mulheres têm dificuldade de ampliar sua participação na carreira parlamentar. Se compararmos carreiras masculinas e femininas, os homens se reelegem mais vezes e têm carreiras mais longas que as mulheres.

No Senado, os índices de representação feminina são muito baixos, até mesmo nos Estados Unidos. Há uma dificuldade das mulheres de participar dessa casa legislativa. Há um déficit de representação feminina. As mulheres são mais da metade (52%) do eleitorado no Brasil e estão sub-representadas.

Contudo, a questão não é só saber se a participação das mulheres faz diferença na política. Não se trata de dizer se elas são mais honestas, é uma questão de equidade. Se no mercado de trabalho as mulheres vêm lutando por equidade, é justo que haja equidade também na representação política, independentemente de saber se elas vão fazer diferença ou não, pois isso não é requerido dos homens.

São as mulheres que não estão buscando essa participação?

Em algumas áreas do mercado de trabalho há mais mulheres que homens. Em outras, as mulheres têm mais dificuldade de alcançar espaço. Se compararmos o avanço que as mulheres tiveram no mercado de trabalho no século XX e o avanço do papel das mulheres na política, é muito desigual. É um espaço que ainda não se abriu totalmente para as mulheres. Por isso, em alguns países existem as cotas. No Brasil este ano o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vai verificar se os partidos cumpriram a cota estabelecida de 30%. Portanto, este ainda é um território no qual não é fácil as mulheres penetrarem. As mulheres têm aumentado sua participação continuamente, mas ainda não temos mulheres nas mesas do Senado e da Câmara, nos ministérios. A política é ainda um mundo muito masculino.

> "Ainda há, sim, dificuldade de conseguir na política o espaço que elas têm conseguido no mercado de trabalho"

Não estou dizendo que há uma política deliberada dos homens de não dar espaço para as mulheres. Algumas entrevistadas dizem que têm mais dificuldade, por exemplo, de arrecadar dinheiro para a sua campanha eleitoral. Ainda há, sim, dificuldade de conseguir na política o espaço que as mulheres têm conseguido no mercado de trabalho.

O que explica essa falta de equidade?

O movimento feminista, tradicionalmente, não privilegiou a busca desse espaço. Buscava espaço no mercado de trabalho, nos movimentos sociais, mas não na política partidária e institucional. Houve outras conquistas importantes para a mulher, mas o déficit de representação política ainda precisa ser repensado pelas mulheres. Os únicos países que tiveram grandes mudanças foram os escandinavos. Lá, há maior equidade na participação política, pois o movimento feminista buscou esse espaço.

E as cotas eleitorais? Elas podem ajudar a aumentar a participação das mulheres?

Acho que são duas frentes. As cotas, nos países que as adotaram, foram importantes para que as mulheres ocupassem mais espaço na política institucional. Mas claro que não basta haver cotas. É preciso que haja uma política dentro dos partidos para dar mais condições de participação às mulheres. Não é só preencher 30% dos cargos com candidatas. Estas precisam ser competitivas, ter os mesmos espaços no horário eleitoral. Precisamos de candidatas que tenham condições de disputa.

A questão de gênero compromete a democracia?

Não podemos dizer que um país é menos democrático porque as mulheres têm menor representação política. O fato de as mulheres terem menor representação política não é, necessariamente, sinônimo de restrição. Mas, se somos metade do eleitorado, temos de ter uma fatia maior de representação. Diferentes grupos sociais buscam ampliar sua participação política. No entanto, não deixamos de ser um regime democrático porque temos sub-representação feminina.

A maioria das mulheres que participam do campo político em Goiás, em geral, tem ligação com algum homem da família, o pai ou o marido, por exemplo. Por que isso acontece?

Isso é comum, acontece muito. Há aquela via do marido famoso, das ex-primeiras-damas. Estamos averiguando isso em nossa pesquisa. Mas algumas mulheres que entram na política por essa via, como coadjuvante, conseguem espaço na política como protagonistas. Isso é comum porque o papel da mulher na política era ser primeira-dama. Algumas de nossas entrevistadas se colocaram em papéis secundários, disseram que o político em casa era o marido. Assim como há mulheres que se colocam em segundo plano na vida profissional e familiar, isso se repete na política. Mas algumas, mesmo indicadas por pais e maridos, conseguem não ser apenas espelho deles e constroem uma carreira própria.

Veja outros trechos da entrevista em www.jornalufgonline.ufg.br

Manifestações do porvir

Crise econômica mundial, lenta reabertura política nacional, reorganização dos movimentos populares (na cidade e no campo) e greve nas universidades anunciam a UFG do início da década de 1980

Patrícia da Veiga

Costumeiramente chamados de "década perdida", os anos 80, em verdade, foram proficuos para a UFG. Mobilizações da comunidade universitária levaram a instituição a conquistas importantes, como consulta pública para a nomeação dos reitores, elaboração de novo estatuto, debate sobre o sistema de créditos e acordos para futuros investimentos em expansão física.

A conjuntura facilitou esse quadro. Ainda ao final da década de 1970, a comunidade universitária vivenciou a criação da Associação dos Docentes (Adufg), a reorganização do movimento estudantil goiano e a emergência de uma vocação reivindicatória por parte da Associação dos Servidores da UFG (Asufego, criada em 1973 com caráter assistencial e recreativo). Contribuiu, ainda, a proposta de criação de pró-reitorias, feita no reitorado de José Cruciano Araújo e efetivada no seguinte, da reitora Maria do Rosário Cassimiro, que previa uma administração descentralizada.

O cenário político-econômico nacional também merece ser lembrado. Em 1974, Ernesto Geisel assumiu o poder com a promessa de recondução do país à democracia. Essa promessa não surgiu de repente. O que aconteceu foi que o Brasil, logo após a fase do "milagre econômico", passou a viver problemas acirrados: primeiro, pela recessão mundial e pela crise do petróleo, de 1973; segundo, pela redução dos empréstimos internacionais, que davam ao país uma sensação de prosperidade.

Como a economia tem reflexos diretos na ordem da política, o Exército passou a enfrentar, além do descontentamento de diversos segmentos da sociedade civil, crises internas, entre seus membros progressistas e conservadores. No Congresso Nacional e nos parlamentos regionais, nos quais o número de vagas havia aumentado desde o início do governo Geisel, o clima predominante foi de pressão e reação.

O jornal *Cinco de Março* na edição de 24 a 30 de julho de 1978 estampou a seguinte manchete: "Com choro ou sem velas, Arena e MDB serão enterrados". No decorrer da matéria, a explicação: "Geisel revelou-se propenso a admitir que o bipartidarismo esgotou sua experiência". Na mesma edição, uma entrevista com o senador Franco Montoro, ex-ministro do Trabalho, anunciava uma emenda constitucional que previa a retomada das eleições diretas para governadores e senadores ainda naquele ano.

Entretanto, apenas os partidos oficiais estavam autorizados a fazer reivindicações. Ainda em 1978, uma coluna intitulada "Plano geral", também do *Cinco de Março*, denunciava: "Todos estamos sabendo que o noticiário sobre a Frente Nacional de Redemocratização e sobre o movimento grevista que começou em São Paulo, ainda no mês de julho, está proibido de ser veiculado nas emissoras de rádio e TV de todo o país".

Aspirações – Apesar de ainda sofrer repressão, os movimentos sociais tinham apoio maior da sociedade. Em 1981, estimulou fortemente a greve geral chamada pelos estudantes, que na UFG teve a adesão de outras categorias. Em 1982, a iniciativa de paralisação chegou também aos docentes, como outro reflexo direto desse clima.

Se nas cidades os grupos reivindicadores se recuperavam, na zona rural, tentava-se abafar a Teologia da Libertação em meio a uma mobilização camponesa que tinha como base a proposta da educação popular. O ex-professor visitante da Faculdade de Educação, Carlos Rodrigues Brandão, que em maio de 2010 recebeu da UFG o título de Doutor *Honoris Causa*, foi um dos condutores dessa experiência.

Em 1979, a anistia para os presos políticos e a instituição do pluripartidarismo, classificados pelos jornais como "caminho para o reencontro dos brasileiros", encerram a listagem de eventos que viriam a render os frutos do porvir.

Expansão e extensão – A partir de 1979, um ambicioso projeto de interiorização, incentivado pelo governo federal, por meio do Projeto Rondon, levou a universidade até Picos (PI), Firminópolis (GO) e Porto Nacional (TO), à época, norte goiano. A iniciativa fazia parte da estratégia de defesa do território nacional e carregava consigo os ideais extensionistas da integração com a comunidade.

Contudo, na medida em que os municípios demonstraram interesse, a extensão consolidou-se, levando sedes da UFG também para Jataí e Catalão. Aos poucos, a instituição passou a ser vista como agente transformador da realidade local. A universidade começava, então, um diálogo concreto com a sociedade. Em entrevista à edição n° 4 da revista *UFG Afirmativa,* a professora Cassimiro lembrou que, além de colaborar com o desenvolvimento local, o propósito foi instalar o ensino superior em regiões que demonstravam ter essa demanda. Até 1985, a UFG recebeu 295 alunos em Picos, 308 em Porto Nacional, 420 em Firminópolis e 80 em Jataí e Catalão.

Arquivo: Grupo Viração

Pessoas em manifestação no centro de Goiânia: imagem que retrata como se organizavam as mudanças na transição da década de 1970 para a de 1980. O momento político foi fecundo também para a UFG

Contextualizando

Na edição nº 38, mês de julho, do **Jornal UFG**, a seção especial sobre o cinquentenário da universidade narrou como foi a virada dos anos 60 para os 70, tanto para a instituição como para a comunidade universitária, fortemente afetadas, uma e outra, pelo golpe de 1964. Chegamos ao reitorado de Farnese Dias Maciel Neto, encerrado em 1972, e constatamos como foi lidar com o regime autoritário, de direita, vigente no país. O que se tem notícia, desde então e até o final da década, é de uma universidade que cresceu e atuou na sociedade, lidou com suas contradições, mas foi obrigada a conviver com a imposição do silêncio.

Instalados nas universidades públicas brasileiras, os escritórios do Serviço Nacional de Informação (SNI) deram cabo de muitos documentos e registros, o que fez com que nossas lembranças fossem reduzidas à memória imaterial. Ainda assim, a UFG tenta recuperar esse período, por meio do projeto Revelando Memórias, coordenado pelo Centro de Informação e Documentação Arquivística (Cidarq).

Decretos representam avanço para a autonomia universitária

Anúncio feito pelo presidente da República significa conquistas na agilidade de contratação dos servidores técnico-administrativos e abertura de créditos suplementares para universidades e hospitais universitários

A reunião anual da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) com o presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, realizada no dia 19 de julho em Brasília, trouxe avanços para o ensino superior brasileiro. Na oportunidade, o presidente Luís Inácio Lula da Silva anunciou três decretos e uma medida provisória (MP) que conferem maior autonomia às universidades federais.

O reitor e presidente da Andifes, Edward Madureira Brasil destaca que, durante a reunião foi possível apresentar ao presidente todas as demandas das instituições federais de ensino. Edward Madureira declara estar muito feliz com os resultados, pois representam os frutos de um trabalho intenso, do qual a UFG participa.

O presidente da Andifes ressaltou a necessidade de continuar dar atenção a outros pontos de discussão entre universidades e governo, como a criação de um conjunto de cargos e funções nas universidades. Essas medidas encontram-se em um projeto de lei elaborado pelo Ministério do Planejamento em conjunto com o MEC. Ele pediu que o projeto seja enviado ainda este ano ao Congresso Nacional. Solicitou também a transformação do Programa Reuni em política de Estado, permanente e contínua, e a criação de um programa nos mesmos moldes para a pós-graduação. "O desafio de manter uma taxa de crescimento da economia em níveis iguais ou superiores a 5%, certamente, encontra obstáculo na oferta de mão de obra qualificada. Por isso, contribuir para suprir essa demanda é um dos deveres da educação superior", ressaltou o reitor.

No quadro ao lado veja os principais ganhos que os decretos e a medida provisória anunciada pelo presidente durante a reunião trarão para as universidades.

Divulgação

Ao lado do presidente Lula, o reitor da UFG, Edward Madureira Brasil, acompanhado de 58 reitores celebrou a assinatura de medidas que tornarão mais ágil o dia-a-dia das universidades federais

Decreto n. 7.233 – trata da autonomia orçamentária e administrativa das universidades federais e prevê a abertura, pelo Poder Executivo, de créditos suplementares para as universidades federais e seus hospitais universitários. A partir da nova regra, será permitido que os recursos do orçamento não empregado pelas universidades até o final do exercício de cada ano possa ser reutilizado no exercício seguinte. O objetivo é conferir maior eficiência e agilidade à gestão financeira das instituições.

Decreto n. 7.232 – trata da contratação de servidores pelas universidades federais. Até então, quando um servidor técnico-administrativo se aposentava, por exemplo, a universidade não podia abrir novo concurso para a vaga sem autorização dos Ministérios da Educação e Planejamento, Orçamento e Gestão. A partir de agora, as universidades poderão, observando os limites fixados pelo decreto, realizar concursos públicos para a substituição de técnico-administrativos, sem depender de autorização específica dos ministérios. A medida vale para os casos em que a vacância de cargos decorrer de exonerações, aposentadorias e falecimentos. Essa é a forma vigente de contratação de professores e agora o modelo foi estendido também ao segumento dos técnico-administrativos.

Decreto n. 7.234 – refere-se à assistência estudantil, que até então estava regulamentada por portaria.

Medida Provisória n. 495 – disciplina a relação das universidades federais com as fundações de apoio, especialmente no que concerne aos convênios para realização de obras de melhorias em infraestrutura. De acordo com a medida, a atuação das fundações limita-se aos projetos de desenvolvimento institucional relacionados às atividades de inovação e pesquisa científica e tecnológica. Os decretos regulamentam o regime da autonomia universitária, previsto na Constituição Federal de 1988.

Leia o discurso do reitor da UFG em www.jornalufgonline.ufg.br

UFG sediará reunião da SBPC em 2011

Todo mês de julho, pesquisadores, estudantes, profissionais liberais, autoridades, gestores do sistema nacional de ciência e tecnologia, além de representantes de sociedades científicas, têm um encontro marcado: a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Em 2010 o evento foi realizado em Natal, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no período de 25 a 30. Em 2011, a UFG receberá os participantes da 63ª edição.

O anúncio foi feito no dia 24 de julho, logo após a assembleia da diretoria da SBPC, da qual participou o reitor da UFG Edward Madureira Brasil. Na noite do dia 30, durante o encerramento da 62ª reunião, o presidente da SBPC, Marco Antônio Raupp, reiterou a informação: "Devemos ter como tema o Cerrado e o Pantanal".

Trata-se do maior encontro científico da América Latina, envolvendo todas as áreas do conhecimento. Os encontros anuais da SBPC são realizados desde 1948 com uma programação variada, composta por conferências, simpósios, debates, exposições e apresentações culturais. Goiânia já foi sede do evento em 2002, quando recebeu 11 mil pessoas.

Considerações sobre a participação política brasileira nas eleições 2010

Agnes Arato, Josete Bringel e Renato Joseph

Mais uma vez, vivemos um momento de preparação para as eleições no Brasil. Naturalmente, voltam à tona debates e reflexões acerca do contexto político nacional. Como anda a participação política do cidadão brasileiro? Estará o eleitor mais consciente do valor e da força do seu voto, bem como do significado da democracia para a sua realidade?

Confira nesta edição as considerações sobre questões como essas dos professores convidados para a mesa-redonda: Adriano Correia Silva, da Faculdade de Filosofia da UFG, que desenvolve pesquisas na área de filosofia política; Pedro Célio Alves Borges, da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, que estuda a relação entre participação política e democracia e José do Carmo Alves Siqueira, do curso de Direito do Câmpus Cidade de Goiás, que é um estudioso do direito eleitoral.

A democracia no Brasil é recente. Esse tempo foi suficiente para que o cidadão consolide a consciência do valor das suas escolhas como eleitor?

Adriano Correia – Eu creio que, pelo menos o processo de democratização que se iniciou com o fim da ditadura militar, já está plenamente consolidado. As instituições estão fortalecidas. Quanto às dificuldades relacionadas à corrupção, às campanhas e ao processo de fiscalização, acredito que o eleitor já tenha noção de que o tipo de escolha que ele faz, o grau de sua participação e o seu envolvimento no processo eleitoral têm impacto direto em sua vida. Os problemas estão relacionados ao modo como essa democracia é organizada e como os partidos se consolidaram. A participação democrática dos cidadãos, para além do âmbito eleitoral, foi sufocada por procedimentos muito amplos que dificultaram, por exemplo, que as mobilizações populares e as demandas das organizações da sociedade civil fossem canalizadas para o sistema político na própria estrutura do Estado, a qual não é poroso às demandas sociais. Essa talvez seja uma das grandes dificuldades da democracia que, a despeito disso, está consolidada.

Como qualificar, então, nossa democracia atual? Ela é popular? O povo tem realmente participado dessas decisões?

José do Carmo – Eu aposto muito na consolidação do nosso modelo de democracia, para que ele seja de fato popular. E que possa ir muito além da chamada democracia representativa, a partir de instrumentos, sobretudo como as eleições. Mas só isso não é suficiente para termos uma democracia consolidada. Eu aposto na democracia direta, que é uma grande utopia. Mas podemos ter uma democracia mesclada, semidireta, digamos assim. Não a direta, em que o povo é chamado a tomar toda e qualquer decisão de interesse público, mas aquela em que é chamado a atuar por meio de diversos mecanismos criados a partir da Constituição Federal de 1988, como os chamados conselhos municipais, estaduais e nacionais, que atuam nas diversas áreas de interesse da população: meio ambiente, educação, saúde, cultura, esporte, políticas da cidade, de combate à fome, de segurança. Temos uma série de possibilidades de participação das pessoas que são muito mais aferidoras de um regime democrático do que a oportunidade de escolher alguém [pelo voto], escolher um nome para ser prefeito, vereador, deputado, governador, presidente da república. Para consolidar a nossa democracia precisamos dar passos firmes. É preciso que esses conselhos não sejam meramente formais, de um modo que o chefe do Executivo comande e eles sejam apenas "fachada". É preciso que os conselhos sejam efetivamente espaços de participação. E, para que isso aconteça, entra o papel das escolas, das universidades, de formar pessoas qualificadas que tenham capacidade de intervir nesses conselhos.

Pedro Célio – De fato, os avanços políticos no Brasil nos colocam diante de situações de caracterizar a consolidação de vários institutos da democracia. Ao mesmo tempo, vemos também que desafios muito antigos da vida brasileira continuam existindo. Do ponto de vista do aperfeiçoamento institucional, a questão é: de que modo o sistema político e a democracia contribuem para melhorar a vida das pessoas? Eu acredito que essa seja a grande questão. A função da política é integrar os indivíduos à vida em comunidade, para que eles sejam mais felizes. E isso envolve muitas formas de organização dos recursos materiais que a sociedade produz e de que dispõe. E isso nos remete, imediatamente, ao tema da distribuição desses recursos. De que modo os benefícios produzidos coletivamente são usufruídos? Então, a função do sistema político é estabelecer critérios legítimos e normas de distribuição dos recursos materiais, do necessário à vida digna das pessoas. Essa é a tarefa da democracia brasileira. A cada ciclo dos períodos políticos no Brasil, podemos avaliar se estamos avançando mais ou menos nesse sentido. Eu tenho a impressão de que é esse o sentido para o qual devemos encaminhar a discussão.

O voto obrigatório ainda é uma necessidade no Brasil? Não seria hora de dar liberdade aos brasileiros para optar sobre o ato de votar?

Pedro Célio – Essa é uma questão polêmica. Pessoalmente, eu defendo a permanência do voto obrigatório. Para mim, essa não é uma questão doutrinária. Não é um motivo para estabelecer campos ideológicos, teóricos ou doutrinários, nada disso: o voto é obrigatório no sentido de incorporar as pessoas no processo político. Quanto mais pessoas incorporadas ao processo político, mais legítimo, mais útil, mais funcional o sistema político se torna, no sentido de que as decisões e as regras políticas sejam legítimas.

José do Carmo – Na verdade, já temos um sistema misto, que permite o voto facultativo para os jovens de 16 a 18 anos e adultos acima de 70 anos e para os que são analfabetos. Então, já temos uma experiência real de voto facultativo e eu acho que valeria a pena termos pesquisas para identificar como as pessoas que têm a opção do voto se comportam. Acho que isso é importante, porque vejo também a atitude e a vontade que qualifica a participação.

Pedro Célio – Existe um campo de estudos sobre o comportamento eleitoral que caracteriza exatamente isto: a faixa dos 16 aos 18 anos e a faixa mais idosa registram cerca de 40% a 45% de abstenção.

José do Carmo – Não está tão distante da abstenção das pessoas obrigadas a votar.

Pedro Célio – E existe outro indicador. Em democracias consolidadas, de sociedades industriais avançadas em países centrais, essa abstenção é variável. Houve nos Estados Unidos momentos em que a abstenção foi de 53% a 55%. Nessa última eleição, de Barack Obama, já foi bem maior o comparecimento. Então, os momentos políticos é que são decisivos. É difícil estabelecer uma regra geral para esse assunto. Por isso eu digo que, para mim, não é doutrinário. Se a grande marca da vida brasileira é a exclusão e a desigualdade social, isso se reflete no sistema político. Se acreditamos que o sistema político tem uma utilidade, então tudo deve ser feito para que ele integre as pessoas à vida comunitária.

Pedro Célio Alves Borges

José do Carmo Alves Siqueira

Adriano Correira Silva

Fotos: Carlos Siqueira

Por que ainda não conseguimos aperfeiçoar mecanismos que evitem a corrupção na política?

José do Carmo – Nós nos concentramos muito no problema da corrupção na política. As pessoas têm dificuldade de participar dos processos decisórios como forma de combate à corrupção. No entanto, quando participam, eles têm mais interesse em acompanhar a execução das propostas daquilo que ajudam a decidir, . Temos tido um processo lento de preparação das pessoas. É natural que seja assim. O processo político é por si só lento, cheio de marchas e contramarchas. Agora, no que se refere ao combate à corrupção, nessa tentativa do Ficha Limpa, por exemplo, tivemos um grande processo de mobilização – estranho, se compararmos com as Diretas Já e com o *impeachment* do Collor. Por quê? Porque foram mobilizações feitas na internet. Então, hoje as grandes mobilizações, que coletam milhões de assinaturas, são feitas pela internet. É uma forma de participação viabilizada por essa ferramenta nova. Mas isso tira o calor necessário a certos debates, que exigem o corpo a corpo. Acho estranho que a legislação proíba ao eleitor manifestar-se coletivamente no dia das eleições. Só-lhe é permitido sair silenciosamente. Pode até carregar uma bandeirinha ou um adesivo, mas só isso. É anacrônico isso, em vista do desafio que temos de promover a participação das pessoas como uma forma eficaz de conseguirmos reduzir o nível elevado de corrupção na política.

Por que sempre se associa a imagem do político a corrupção?

Pedro Célio – Esse debate é muito interessante e não é recente. Ele é antigo e precede até a própria democracia brasileira. Ele tem uma relação com a condição humana e com a capacidade dos países de construírem suas diferentes democracias. Em primeiro lugar, não existe um modelo único de democracia, como se houvesse um modelo ideal. Em segundo lugar, é preciso acabar com aquela ideia – e acho que o debate nos ajuda a entender isso – de que a democracia é um regime de harmonia, paz e felicidade total. Não é nada disso. A melhor democracia é um regime que permita a explicitação dos conflitos e incentive a arte da negociação, da associação etc. E em terceiro lugar, as pessoas naturalmente tendem a se afirmar no espaço público portando suas individualidades e suas características próprias. Elas tendem a competir e, lá no meio do caminho, um ou outro pode querer fraudar uma regra, isso é inevitável. Então, a questão da democracia não está em ela ser perfeita porque consegue evitar e eliminar a corrupção, nada disso. A melhor questão – e que nos ajuda e nos ensina a pensar – é de que modo a democracia como expressão da vida coletiva trata os casos de corrupção, quando eles aparecem. É preciso criar mecanismos de conhecimento da corrupção, ou seja, transparência, liberdade de informação, inibir os elementos de constrangimento para que as pessoas denunciem. E deve haver um controle das instituições, das leis, dos poderes e da própria população para penalizar aquele que frauda a regra estabelecida.

Adriano Correia – Não há no direito nenhuma lei, nenhuma pena que até hoje tenha evitado, de uma vez por todas, um determinado tipo de crime. Creio que o preço a pagar por um controle absoluto seria enrijecer o próprio sistema. E é mais vigoroso, do ponto de vista da democracia do sistema político, pensar a possibilidade de controle e do modo como nós lidamos com a corrupção. Talvez o problema, como disse o professor Pedro Célio, não seja tanto o volume de corrupção, mas o quanto isso permanece como algo não resolvido. É curioso o quanto a população, em geral, associa a corrupção ao sistema político. Há tolerância com a corrupção privada e quando, em entrevista, se pergunta "e se fosse você na mesma situação, faria o mesmo?", as pessoas parecem não admitir essa hipótese. Canalizam para o sistema político a imagem da corrupção e, de algum modo, são condescendentes com a corrupção privada. É impressionante o quanto as pessoas são tolerantes com a corrupção que elas mesmas se permitiriam em situações parecidas com aquelas às quais os políticos são expostos. Eu não entendo como é que existe essa incongruência entre uma expectativa de honestidade pública e tolerância na conduta privada.

Já tivemos grande efervescência política por parte da população. Por que o brasileiro deixou a participação nas ruas? Isso é um sinal de despolitização das pessoas?

Adriano Correia – Essa é uma pergunta difícil de responder porque o modo como se dá o envolvimento na atual organização da democracia brasileira é vário e várias são as possibilidades de intervenção, como a mobilização de apoio ao Ficha Limpa. Creio que há, sim, uma despolitização, mas talvez haja uma transfiguração do modo de participação, na medida em que se compreende algo — e isso não depende da consolidação da democracia, ou melhor dizendo, é algo que não será sandado a partir de uma consolidação da própria democracia — que é a consolidação do Estado como prestador de serviços.

José do Carmo – Não vejo assim exatamente, como se estivéssemos em uma espécie de inércia, letargia ou falta de participação. Onde as pessoas devem participar e mostrar que estão contrariadas com o rumo que as coisas estão tomando? O melhor espaço em que se pode hoje conferir isso é o Congresso Nacional, alvo de constante mobilização social. Aliás, existe outro espaço que normalmente é tido como um espaço fechado, distante e frio em relação ao povo, que é o Judiciário. No ano passado e neste, o Supremo tribunal Federal foi alvo de questionamentos e participação. Ou seja, na mais alta corte do Judiciário brasileiro, temos assistido a participações de um modo bastante intenso e ostensivo, a ponto de ter de colocar polícia cercando. Ou seja, as pessoas estão com vontade de participar, sim. Não naquele modelo das grandes mobilizações por uma causa única, mas há mobilizações. Por exemplo, em relação a pesquisas com células-tronco, quando o supremo julgou e decidiu o assunto por uma votação muito apertada, em relação à legalização do aborto e agora, recentemente, a mobilização dos aposentados no Congresso Nacional. E há delegado de polícia querendo se equiparar a integrante do Ministério Público e do Judiciário. Todo mundo tem feito as suas mobilizações. Estudantes da própria UFG fizeram mobilizações intensas em favor do transporte coletivo na região metropolitana de Goiânia. Temos assistido, sim, à participação popular e acredito que ela esteja hoje mais qualificada. Quanto menor o volume da massa, menos chance para a participação. Mas ela se dá de modo mais visível e o interesse é mais viável. A participação é movida pelo interesse mesmo. Se a pessoa não tiver interesse naquilo, ela não vai se mobilizar, vai ficar em casa comodamente, esperando alguém decidir por ela. Mas temos visto grandes processos de mobilização indígena, quilombola e de populações ribeirinhas por causa dos grandes investimentos, seja no Rio São Francisco, seja na usina de Belo Monte.

Pedro Célio – Na verdade, as formas da participação se modificam muito, e a participação, além de vincular-se ao interesse das pessoas, também se vincula aos projetos individuais. Eu acho que a palavra interesse indica que as pessoas racionalizam o que vão ganhar ou quanto irão ganhar participando. Isso é a verdade. Há, além disso, também aquele sentimento de contribuição ou aquele sentimento das pessoas de se sentirem úteis à sua comunidade independentemente de ganharem alguma coisa. Pode ser que o interesse seja definido por aí também. Não sei se podemos chamar isso de interesse, mas de qualquer maneira, estaria muito longe de chamarmos isso aí de despolitização, nada disso. Ouvimos aqui inúmeros exemplos. Vou dar só um exemplo: a luta pelos direitos civis no Brasil coloca, a cada ano, milhões de pessoas em passeata nas ruas, como na Avenida Paulista pelos direitos civis do movimento *gay*. Eu não me lembro de outra mobilização, de cunho político, institucional e ideológico, que tenha esse peso, essa capacidade de angariar simpatia em um tema altamente controverso. Então, não vejo essa ausência de participação, vejo um incremento notável da participação e de uma maneira muito diferente daquela prevista nos modelos ideológicos clássicos que ocupou o século XX inteiro. Mas aí é outro discurso.

Veja outros trechos do debate em www.jornalufgonline.ufg.br

Pesquisa luso-brasileira recupera arte cerâmica do passado

Professores da Escola de Engenharia Civil e de instituições portuguesas realizam pesquisa para contribuir com a restauração de edificações históricas revestidas de azulejos do século XIX

Gilmara Roberto

Durante o século XIX era bastante comum o uso de azulejos para revestir fachadas. Ainda hoje, essas peças de cerâmica são encontradas em Portugal e no Brasil cobrindo paredes de edificações, muitas delas já tombadas como patrimônio histórico. Preocupados com a necessidade de preservar essa arte, engenheiros, arquitetos e arqueólogos do Brasil e de Portugal unem seus conhecimentos e potencial de pesquisa para ajudar a reconstituir o passado por meio da restauração de azulejos que revestem edificações históricas.

A parceria – Professores da Universidade de Aveiro e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Lnec), ambas instituições portuguesas, e da Universidade Federal de Goiás têm trabalhado juntos, conforme os interesses de pesquisa. Essa articulação entre brasileiros e portugueses começou em 1995, segundo informou o professor da Escola de Engenharia Civil (EEC), Oswaldo Cascudo.

Os estudos relacionados ao azulejo começaram na UFG somente este ano e estão vinculados ao Programa de Pós-graduação em Geotecnia e Construção Civil da EEC. Além do professor Oswaldo Cascudo, participam a professora Helena Carasek e as mestrandas Pâmmela Japiassu e Wanessa Corrêa, representando a UFG, que é a única instituição não portuguesa a integrar a pesquisa.

Os professores da UFG foram convidados a integrar o Azulejar, um grupo de pesquisa que envolve instituições portuguesas e tem como objetivo estudar revestimentos de edificações em azulejo. Oswaldo Cascudo destacou a importância da parceria com as instituições portuguesas: "Portugal é um país que tem uma experiência nesse campo muito maior do que a nossa, notadamente por se tratar de uma nação muito mais antiga e que lida com essa questão há muito mais tempo".

Ovar – Os professores Oswaldo Cascudo e Helena Carasek visitaram, no último mês de junho, a cidade de Ovar, no litoral português. O objetivo era coletar peças de azulejo do século XIX para a pesquisa que analisa amostras dessa época.

Ovar é considerada o museu vivo do azulejo, pois a maioria das edificações históricas do centro da cidade é revestida com esse material. Oswaldo Cascudo explicou que "como as edificações são tombadas pelo patrimônio, toda a prática de restauração tem de ser feita com muito cuidado, para que não sejam alteradas as características originais dessas edificações e dos revestimentos".

A pesquisa – De acordo com Oswaldo Cascudo, a pesquisa busca conhecer as características dos azulejos produzidos no século XIX e das argamassas usadas na época. As informações obtidas servirão para fundamentar a prática de restauração, de modo que esse processo não altere as características originais das edificações. "Devemos usar materiais similares aos usados na época para manter as características, as propriedades e os desempenhos, além do padrão estético dos revestimentos", explicou o professor.

Para não comprometer os padrões estéticos ou mesmo as condições físicas das fachadas do século XIX durante o restauro, é necessário conhecer a composição específica dos materiais e as técnicas de fabricação e de assentamento de azulejos usados na época. Essas informações possibilitam que a restauração seja feita utilizando-se de materiais e técnicas similares. A pesquisa acadêmica tem, portanto, a finalidade de subsidiar o exercício da restauração. "O trabalho de restauração é minucioso e requer um aprofundado conhecimento científico e tecnológico, de forma a preservar o objeto da análise, por meio de materiais e técnicas adequados e compatíveis com o todo da edificação histórica", esclareceu o professor.

Vinicius Batista

Sob a orientação dos professores Helena Carasek (esquerda) e Oswaldo Cascudo, quatro estudantes de iniciação científica e duas mestrandas se dedicam ao estudos de azulejos

Divulgação

A cidade de Ovar, em Portugal, é considerado um museu vivo por possuir várias edificações hitóricas revestidos com azulejos decorados

Os azulejos – O grupo pesquisa amostras de azulejos do século XIX recolhidas em Ovar e na cidade do Rio de Janeiro. O projeto prevê também a coleta de peças na cidade de Olinda, em Pernambuco. Todo material coletado será analisado pelos pesquisadores portugueses e da UFG com a intenção de determinar suas propriedades constituintes, para só então iniciar os processos de restauração. Como durante o século XIX ainda não existia o cimento, a argamassa pesquisada é a cal, material usado na época como ligante.

Os resultados da pesquisa deverão fornecer informações para corrigir fachadas em azulejo que sofreram danos, causados principalmente por fatores como a absorção de água e a variação de temperatura do ambiente. Oswaldo Cascudo explicou que um importante fator responsável pela deterioração do azulejo é a umidade que faz a peça expandir-se. "A expansão das peças provoca o descolamento da base, ocasionando desplacamento nas fachadas das edificações". O professor destacou ainda que o uso de materiais de baixa qualidade na produção do azulejo e no assentamento das peças pode também ser determinante na degradação sofrida pelo revestimento.

A restauração – Após determinar as propriedades e características dos azulejos e das argamassas do século XIX por meio da pesquisa, o passo seguinte é produzir o que os engenheiros chamam de biscoito do azulejo. Trata-se da base do azulejo, que não aparece depois de assentado. Esse biscoito, que já é produzido considerando os materiais empregados no século XIX, passa, posteriormente, a receber a parte vidrada. Essa é a camada externa do azulejo que contém os desenhos e diagramas tão característicos da época.

Todo o trabalho vidrado do azulejo é feito de modo artesanal, no Ateliê de Conservação e Restauro do Azulejo, pelas mãos de artesãos. "Trata-se do órgão municipal que gerencia os trabalhos de restauração do município de Ovar, em Portugal", informou o professor Oswaldo Cascudo.

Apesar de estudar peças de cerâmica muito antigas, o grupo utiliza-se de tecnologias avançadas. Para caracterizar as peças de azulejos conforme sua composição mineral, são usadas técnicas de difração de raio X. Os pesquisadores se utilizam ainda de microscópios eletrônicos de varredura, que são capazes de ampliar os materiais em até 300 mil vezes.

Os danos sofridos pelo azulejo, embora não comprometam a estrutura das edificações, prejudicam sua estética. O professor explicou que a degradação no revestimento "afeta o que chamamos de condições de habitabilidade, pois permite a infiltração de água para o interior das edificações". A infiltração desencadeia uma série de problemas, como a climatização inadequada e o surgimento de fungos na forma de mofo ou bolor, que deterioram os revestimentos e as paredes, levando à depreciação estética e à desvalorização econômica do imóvel.

Amostras do Brasil – As mestrandas Pâmmela Japiassu e Wanessa Corrêa elaboram suas dissertações vinculadas ao grupo Azulejar. Em sua pesquisa, Pâmmela estuda as propriedades dos azulejos do século XIX, enquanto Wanessa ocupa-se em pesquisar os materiais de aderência (o tipo de argamassa) do azulejo dessa época. Em razão da parceria com as instituições portuguesas, ambas pretendem publicar as pesquisas em Portugal e desenvolver outras relacionadas ao mesmo tema.

Pâmmela Japiassu e Wanessa Corrêa não acompanharam os professores a Portugal, mas foram ao Rio de Janeiro e trouxeram amostras de um antigo internato de meninas, que está em reforma, e datam do século XIX.

Oswaldo Cascudo informou que está planejada uma visita a Olinda, em 2011, quando será realizado o Simpósio Brasileiro de Tecnologias de Argamassas. Como as professoras portuguesas Ana Luisa Velosa, da Universidade de Aveiro, e Maria do Rosário Veiga, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Lnec), participarão do simpósio, elas aproveitarão a oportunidade para a coleta de amostras daquela cidade.

Temas políticos interessam à juventude

Movimento estudantil quer debater ideias e retirar as pessoas da apatia. Para tanto, recupera a tradição dos cursos de formação

Patrícia da Veiga

Elaborar visões de mundo, ter consciência da realidade que os cerca e, assim, criar coragem para propor mudanças: é o que desejam os jovens militantes da UFG. "Nós queremos que as pessoas se incomodem, pelo menos", diz Luciano Alvarenga Montalvão, estudante do 8° período do curso de Psicologia. A partir dessa expectativa, está sendo realizado, desde maio, o I Curso de Formação Política.

A iniciativa faz parte de um projeto de extensão assinado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), pelos Centros Acadêmicos de História (Casebh), Medicina (CAXXIA), Direito (CAXXIM) e Letras, pelo Cursinho Popular Comunidade FazArte, com o apoio do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitário-Popular (Najup), do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) e com a participação do Centro Acadêmico de Geografia.

O curso tem caráter essencialmente teórico e convida seus participantes a mergulhar na leitura. Por isso, a cada módulo, realizado uma vez por mês, são indicados textos que dão suporte à discussão. Quando chega o dia do encontro, a comunidade divide seu tempo entre um debate, realizado em pequenos grupos de trabalho, e uma palestra. O formato foi escolhido pela própria comissão organizadora, que se desafiou a criar uma programação capaz de estimular a fala das pessoas. "Reunir em grupos antes da palestra serve para quebrar as relações de poder. Ao final, parece que o tempo foi curto, pois todos querem opinar", comenta Maria Augusta Cordeiro, estudante do 6° período de Medicina.

No primeiro módulo, o professor David Maciel, da Faculdade de História (FH), tratou o tema Neoliberalismo e políticas educacionais. O auditório da Faculdade de Educação (FE) ficou lotado e surpreendeu: 160 participantes, entre alunos da UFG, de outras instituições de ensino superior, secundaristas, servidores técnico-administrativos e professores da rede pública. Na segunda edição do evento, a relação entre universidade e sociedade foi o foco dos debates. Os convidados foram os professores Claudio Maia, do Câmpus Catalão (CAC), e Ângela Mascarenhas, da FE.

Consciência – Tradicional na trajetória dos militantes, a formação política há muito andava sumida da agenda estudantil. Essa retomada, para o professor David Maciel, foi importante e está na contramão da história. "É uma iniciativa formativa que vai além do academicismo e é contrária ao modelo hegemônico instaurado no Brasil", comentou.

Para o grupo, o importante é a "apropriação" de temas que constroem a realidade, de modo que se possa desenvolver uma leitura crítica do mundo. "Não aceitar as coisas como elas estão, não naturalizar, se indignar", explicou Maria Augusta, sobre o que considera ser a consciência política. Nessa busca coletiva, em meio a textos, palestras e debates, eles mesmos aprendem e ensinam. "É preciso fazer um esforço para sair da vida privada. Política não é só votar de dois em dois anos", arremata Luciano.

Próximos debates

Os encontros do I Curso de Formação Política da UFG são realizados sempre na segunda quinzena de cada mês, na Faculdade de Educação (FE). Confira o que será debatido até dezembro e participe:

- Estado e movimentos sociais
- Trabalho, alienação e emancipação
- Ideologia, cultura e indústria cultural
- Educação popular
- Militância e organização do movimento estudantil

Carlos Siqueira

Em círculo, todos os jovens expressam suas opiniões sobre a realidade que os cercam

CÂMPUS JATAÍ

Curso de História realiza Congresso Internacional

Professores de duas universidades estrangeiras farão conferência sobre questões de gênero durante o evento

Kharen Stecca

Entre os dias 28 de setembro e 1º de outubro de 2010, o curso de História do Câmpus Jataí (CAJ) da UFG realizá o I Congresso Internacional de História "Gênero, cultura e poder". São esperados 500 participantes de diversas regiões do país. Foram convidados para as conferências, mesas-redondas e minicursos 25 professores de outras universidades, entre eles três estrangeiras: Maria Aparecida Ribeiro, da Universidade de Coimbra, Portugal, que fará a conferência de abertura; Sara Burkitt Walker, da Grã-Bretanha, que proferirá a segunda conferência, e Joana Duarte Bernardes, também da Universidade de Coimbra, que participará da mesa-redonda "Gênero e sexualidade".

Divulgação

Visando incentivar uma troca interdisciplinar, a temática do congresso será o gênero, enfocando aspectos políticos e culturais, cujos desdobramentos e questionamentos são contemporâneos para a sociedade brasileira. Sexualidade, masculinidade, feminilidade, corpo, preconceitos, violência, desigualdade, política e poder serão amplamente discutidos por pesquisadores de diversas localidades.

O congresso pretende envolver alunos de graduação e pós-graduação, professores da educação básica e universitários e demais interessados na temática. O I Congresso Internacional de História está sendo organizado em parceria com os cursos de Letras, Direito e Psicologia do Câmpus Jataí, em uma perspectiva interdisciplinar que, a partir de um eixo temático, faz dialogar diferentes áreas das Ciências Humanas. Minicursos, simpósios temáticos, mesas-redondas e palestras foram pensadas no intuito de cumprir esse objetivo.

Percurso – O curso de História do CAJ foi criado em 2006 e já no ano seguinte realizou o I Congresso Regional do Curso de História, reunindo pesquisadores de Goiás. Nos dois anos consecutivos foram realizados encontros nacionais, o I Congresso Nacional e o II Regional de História da UFG – Jataí (2008) e o II Congresso Nacional e o III Regional de História da UFG – Jataí (2009). As atividades desses eventos resultaram na publicação de duas coletâneas, uma lançada em abril de 2010, intitulada *Historiar: lendo objetos da cultura*, e outra, *Uma corte europeia nos trópicos e outros ensaios*, relativa ao congresso de 2008, que será lançada durante o I Congresso Internacional.

Segundo o coordenador da comissão organizadora do congresso, professor Marcos Menezes, esses eventos buscam estabelecer um intercâmbio de pesquisadores da área de História em Jataí, no centro-oeste do Brasil, demarcando na região um espaço de discussão e debates regionais e nacionais.

Ao realizar um congresso de caráter internacional, o curso de História busca a inserção do curso e dos câmpus do interior no debate da historiografia mundial. "O congresso tem importância para a formação continuada de professores das redes pública e privada da Região Centro-Oeste. Queremos uma discussão em torno das relações entre os sexos na perspectiva sociocultural e os seus significados específicos nas práticas cotidianas, na elaboração do discurso, bem como no processo de construção e socialização de identidades e estratégias de sobrevivência", ressalta Marcos Menezes.

Mais informações sobre o evento podem ser obtidas no endereço (www.congressohistoriajatai/2010) ou pelo email (congressohitstoriajatai@gmail.com). O prazo para inscrições de trabalhos vai até o dia 7 de setembro de 2010.

Câmpus Catalão inaugura novo auditório

O espaço foi custeado com recursos da expansão universitária e recebeu o nome da professora Sirlene Duarte

Adriana Rodrigues

O Miniauditório Sirlene Duarte, instalado no Bloco Didático I, do Câmpus Catalão (CAC), foi inaugurado no dia 1° de julho em solenidade prestigiada por diversas autoridades e marcada por muita emoção. Os participantes da mesa diretiva lembraram o quanto Sirlene Duarte, professora do curso de Letras, contribuiu para as atividades do CAC, desde 1993 até poucos dias antes de seu falecimento, ocorrido em 15 de maio de 2010. Segundo a vice-diretora, Maria Natividade Rosa Barbosa, o Conselho Diretor do Câmpus Catalão e o Conselho Universitário aprovaram por unanimidade a indicação do nome da professora para o novo espaço.

O professor Braz José Coelho agradeceu, emocionado, a homenagem prestada à sua esposa e citou uma frase do escritor português José Saramago — "Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos" — que era uma das preferidas da professora Silene Duarte e está gravada na placa de inauguração do miniauditório.

Para o diretor do CAC, Manoel Rodrigues, além do tributo à professora Sirlene Duarte, o evento marcou um momento histórico para o câmpus. "A inauguração desse espaço reforça nossa capacidade de crescer, tanto em termos de pessoal quanto em infraestrutura", disse ele. Segundo o diretor, o miniauditório, com capacidade para 200 pessoas e com ar-condicionado central, será utilizado para palestras, seminários, simpósios, aulas e outras atividades internas. O projeto foi custeado com recursos do programa de expansão universitária, destinados ao Câmpus Catalão, e também com verbas de custeio da unidade. A obra custou cerca de R$ 800 mil, de acordo com a direção.

Adriana Rodrigues

O auditório que tem capacidade para 200 pessoas é apropriado para palestras, seminários, simpósios e outras atividades acadêmicas e culturais

Participação ativa – A mineira de Monte Carmelo Sirlene Duarte viveu a maior parte de seus 47 anos em Catalão. Iniciou sua trajetória acadêmica no Câmpus Catalão em 1987, como estudante do curso de Letras. Mais tarde, em 1993, ingressou na carreira docente integrando o quadro municipal até recentemente, quando foi aprovada no concurso público da UFG para professora efetiva. A professora de Linguística, produziu, em 15 anos de atuação acadêmica inúmeras publicações, entre artigos publicados em conceituados periódicos, capítulos de livros, resumos e trabalhos publicados em anais de congressos. Teve ainda uma ativa participação sindical na diretoria da Associação dos Docentes do Câmpus Catalão e como organizadora de eventos de cultura e extensão.

Uso do Twitter em campanha eleitoral já é tema de estudo

Professor analisa a rede de microblogs como ferramenta de propaganda eleitoral e debate político

Marcela Guimarães

O ditado popular "política não se discute" ganha conotação falsa quando se trata de período eleitoral. E, mais ainda, se falarmos da discussão eleitoral provocada na rede de microblogs *Twitter*. O momento histórico é favorável: esta é a primeira eleição em que a internet, por lei, será usada como mídia de propaganda eleitoral. Motivado por esse contexto, o professor da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (Facomb) da Unniversidade Federal de Goiás, Luiz Carlos do Carmo Fernandes desenvolve a tese *Nova mídia político-eleitoral: o* Twitter *como ferramenta de comunicação não-impositiva.*

Doutorando da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da UFG, o professor inicia sua pesquisa com base na observação da campanha eleitoral do presidente estadunidense Barack Obama, quando a conta pessoal do político ganhou grande projeção. Por meio do acompanhamento dos *twitters* dos candidatos, pretende verificar como eles utilizaram esse recurso antes, durante e após as eleições. "Quero saber se a experiência eleitoral modificou a forma de o político usar essa ferramenta", explicou o professor Luiz Carlos. Além disso, a pesquisa analisa também a forma como o político utiliza as postagens para medir a repercussão da ação e das propostas a fim de verificar, por exemplo, se o *Twitter* é de fato uma esfera pública alternativa. Para isso, o professor observará, no período de maio de 2010 a maio de 2011, as postagens dos candidatos a presidente, governador, três senadores, quatro deputados federais e quatro deputados estaduais.

Os dados preliminares dão uma percepção de que o *Twitter* é predominantemente utilizado como anúncio de agenda das atividades dos políticos. Porém, essa forma de utilização é questionada por Luiz Carlos Fernandes, visto que o *Twitter*, sendo uma rede social, é caracterizado pela aproximação e pelo diálogo. Segundo o professor, outros usos verificados foram a prestação de contas, a socialização, a divulgação de informações, estabelecimento de palanques políticos, denúncias e cobranças de poderes constituídos. Além desse viés, a pesquisa incluirá também a investigação de como os microblogs constituem uma nova mídia, descentralizada, e um novo espaço de discussões políticas.

Luiz Carlos Fernandes parte da perspectiva de que a internet é uma mídia não centralizada e não impositiva. No *Twitter*, as possibilidades de interação são ampliadas, pois qualquer pessoa que tenha acesso à rede pode reproduzir informações e entrar em contato direto com as personalidades políticas. Porém, os resultados definitivos só serão concluídos após o término do doutorado, daqui a quatro anos.

Eleitor goianiense demonstra consciência de grupo nas reivindicações

Atuante na área política desde 1986, como repórter e posteriormente marqueteiro, Luiz Carlos deu continuidade aos estudos nesse campo com a realização do mestrado em Comunicação que resultou na dissertação *Possibilidades contra-hegemônicas da cidadania na construção do horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE)*, apresentada em 2007. A partir do conceito de "agendamento cidadão", o professor pesquisou como o cidadão comum participa das pesquisas políticas qualitativas. Ele informou que muitas dessas pesquisas são encomendadas por candidatos e realizadas para transformar o anseio da população em promessas de campanha. "Na dissertação, eu trabalhei com a perspectiva de como o cidadão médio poderia se inserir nesse processo munido de informações e com ideias de grupo já formadas. Isso faria com que o político fosse levado a seguir essas propostas", comentou.

O estudo, realizado com eleitores de Goiânia, concluiu que os cidadãos são marginalizados em alguns direitos, mas já têm consciência do direito público. "Hoje o goianiense reivindica saúde, educação, segurança, e não mais objetos que satisfaçam necessidade, pessoais", explicou Luiz Carlos. Porém, em decorrência da falta de debate político no dia-a-dia, esses mesmos eleitores ainda não têm a vivência necessária para agendar, por meio das pesquisas eleitorais, as propostas dos políticos. "Existe uma possibilidade de agendamento cidadão. Ele ainda não se dá por falta de maturidade política", finalizou o professor.

Ciência a serviço da produtividade

A busca por produtos de boa qualidade visando ao bem-estar da população é o que guia o profissional formado pelo curso de Zootecnia

Illa Rachel

A zootecnia pode ser definida como uma ciência aplicada, que trata da adaptação dos animais domésticos ao ambiente criatório para fins econômicos. Ela está relacionada diretamente à produção animal, buscando melhorar os resultados de maneira eficiente. Ao zootecnista cabe, entre outras atividades, planejar e organizar projetos de criação de animais, pastos e forrageiras, atuar na área de nutrição e alimentação animal, administrar programas de melhoramento genético para aumentar produtividade, considerando o equilíbrio ambiental e sempre respeitando a biodiversidade.

O termo francês "zootechnie" foi criado em 1843. Era usado para designar o conjunto de conhecimentos já existentes relativos à criação dos animais domésticos e passou a ser adotado pelos povos latinos influenciados pela cultura francesa. Para a cultura latina, a zootecnia nasceu como ciência em 1848 na França, no Instituto Versalhess, com a criação de uma disciplina destinada ao estudo da criação de animais domésticos.

O primeiro curso de Zootecnia no Brasil foi criado em 1966 na cidade de Uruguaiana, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). A profissão de zootecnista foi regulamentada no dia 4 de dezembro de 1968, pela Lei Federal nº 5.550, e a fiscalização do exercício da profissão é feita pelos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária.

A graduação em Zootecnia pela UFG em Goiânia foi oferecida pela primeira vez no Processo Seletivo 2009/1. É vinculada à Escola de Veterinária, em período integral e tem duração de cinco anos. As disciplinas dividem-se em teóricas e práticas, nas quais os estudantes podem vivenciar situações típicas que poderão encontrar no exercício da profissão. É o caso da disciplina Práticas Zootécnicas, em que os alunos fazem rodízio pelas diversas criações de animais, da bovinocultura à piscicultura.

Dúvida frequente entre os estudantes de ensino médio, a diferença entre Zootecnia e Medicina Veterinária é bastante acentuada. A formação do zootecnista abrange disciplinas voltadas para a formação e conservação de pastagens, o manejo nutricional, o melhoramento genético, as construções rurais, o desenvolvimento rural sustentável, o bem-estar animal. Já a do médico veterinário prevê disciplinas voltadas para a clínica e a cirurgia de animais domésticos, além de estudos sobre tecnologia e produção de alimentos. O coordenador do curso de Zootecnia, Aldi Fernandes de Sousa França, explica que muitos estudantes cobram aprofundamento na parte de reprodução. "O estudo detalhado da reprodução e todas suas implicações compete à Medicina Veterinária. Na Zootecnia, temos uma visão geral da reprodução e alguns princípios básicos da inseminação artificial", destaca o professor.

De acordo com Aldi França, a grade curricular foi formulada com base em um levantamento dos cursos de Zootecnia do Brasil, com ênfase em aspectos da Região Centro-Oeste, procurando direcionar o ensino para atender às características produtivas da região. De acordo com o professor, um dos diferenciais do curso da UFG é que, além de formar profissionais habilitados a planejar, cuidar e administrar a produção animal, o curso procura dar embasamento na área de gerenciamento, para que os futuros profissionais possam atuar em pequenas ou grandes empresas e lidar também com problemas administrativos.

Uma das formas que Aldi França aponta para o aprendizado do gerenciamento é a experiência do estágio. Mas, como o curso funciona em período integral, essa experiência é dificultada. Por isso, uma saída apontada pelo professor é estimular a participação dos graduandos em projetos de pesquisa desenvolvidos na universidade. "Essa é uma maneira de associar a prática à teoria nesses cursos que são integrais. Oferecemos atividades que podem ser desenvolvidas nos horários livres, como dias de campo em finais de semana para que o aluno possa complementar sua formação", explica o professor.

A estudante Ludmila Costa, do 1º período, participa do Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica (PIVIC) no projeto de pesquisa do mestrando Reginaldo Jacovetti que trabalha com o uso de milheto como silagem comparado a gramíneas tradicionais. Ela está convencida que este tipo de atividade é importante para a formação, pois é um complemento do que se vê nas aulas. "Estar envolvida em projetos de pesquisa é importante, não só para melhorar o currículo, mas também porque permite que se vivenciem atividades que, muitas vezes, não temos a oportunidade de ver em sala de aula", destaca a aluna.

Mercado de Trabalho – A Região Centro-Oeste é conhecida pela produção agropecuária, sendo parte fundamental da produção nacional. Embora a bovinocultura seja a atividade de maior destaque da região, outras culturas estão em constante crescimento, como a de aves e suínos. A instalação de grandes empresas em algumas cidades do estado de Goiás mostra que a área ainda oferece muito espaço para crescimento. O professor Aldi França ressalta, no entanto, que faltam profissionais especializados. "O mercado de trabalho é bom e amplo, mas o profissional deve ter boa formação e não ficar preso somente aos empregos na cidade. Ele precisa aprimorar seus conhecimentos e ter disponibilidade de trabalhar no campo, já que muitas oportunidades surgem em propriedades rurais", explica o professor.

Novas áreas têm se destacado no mercado de trabalho desta profissão. É o caso da criação de animais silvestres. O zootecnista pode administrar fazendas criatórias de espécies silvestres destinadas ao abate, como jacaré, javali e avestruz. É interessante que o estudante procure aumentar seus conhecimentos sobre esses animais, pois estes apresentam peculiaridades fisiológicas que influenciam na criação.

Entre as principais atividades está o planejamento de projetos de criação animal

Vanessa Batista

O turismo rural em Goiás e seus contextos imaginários

Pesquisa investiga as representações e os sentimentos do turista em relação à ideia de campo

Renato Joseph

O estado de Goiás conserva muitas características rurais e grande parte do seu desenvolvimento deve-se ainda à atividade agrícola e pecuária. A herança agropastoril influenciou os costumes, as tradições, toda a cultura do povo goiano. Folclore, gastronomia, literatura, música e festas populares compõem um universo construído e moldado pelo rural. Atualmente, esse ambiente é procurado por um grande contingente de pessoas, pelas possibilidades de lazer que oferece. A inserção do turismo no meio rural goiano cresce em um espaço geográfico rico de recursos naturais. Além de abrigar as nascentes dos rios que formam as principais bacias fluviais do país, o Cerrado é, ainda, repleto de cavernas, cachoeiras, corredeiras, em meio a uma peculiar e diversificada vegetação.

A professora da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da UFG (Facomb) Maria Francisca Magalhães Nogueira desenvolveu, em sua tese de doutorado intitulada *Turismo rural em Goiás: contextos imaginários*, uma reflexão sobre o que essa modalidade de turismo significa e representa. Defendida em 2009, no Programa de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a tese não se limitou a uma abordagem econômico-funcional, dedicando-se a explorar o imaginário rural do turista e a conhecer os sentimentos que ele associa à ideia de campo. O objetivo não foi abranger todo o processo que rege esse imaginário, mas projetar alguns de seus ângulos e facetas.

Para conhecer o imaginário rural do turista, a professora Francis, como é conhecida na UFG, fez uma incursão pela sociedade goiana tradicional, com a finalidade de captar significações centrais que lhe fornecessem um quadro de referência. As imagens e significações imaginárias do rural foram apreendidas em narrativas históricas e literárias. Por meio das obras de Luis Palacín, Paulo Bertran e Hugo de Carvalho Ramos, entre outros, ela constatou que, durante o século XIX — até não muito tempo atrás — essa sociedade tinha características notadamente rurais. "De fato, pude constatar que Goiás viveu quase todo o seu percurso histórico na ruralidade e os valores do universo rural assomam na vocação recente do estado para o turismo rural", destacou a professora. Segundo esclareceu ela, a volta ao universo social histórico goiano possibilitou observar como o presente se recria e se transforma com elementos do passado. "Visitar o social histórico dessa sociedade tradicional me deu subsídios para cotejar o imaginário de rural do turista na atualidade", afirmou Maria Francisca Nogueira.

Ancorada no imaginário social de Goiás, a professora delineou um percurso rumo ao imaginário rural do turista. Para isso, ela foi a campo e visitou cinco estabelecimentos turísticos de diferentes modalidades, localizados na eegião metropolitana de Goiânia. Foram entrevistados turistas, escolhidos com o critério de contemplar todos os gêneros, e todas as classes sociais que mais frequentam esses estabelecimentos. Seu objetivo foi captar o mundo de significações por meio da vivência direta e intensa do turista em contato com o campo. "Tratava-se de decifrar o rural como um mundo para si do turista, transformando-se e inventando-se pela criatividade de sua psique", complementou a professora.

O turista e seu imaginário

Segundo explicou Maria Francisca Nogueira, as entrevistas seguiram um roteiro, visando identificar o imaginário rural do turista em Goiás. "Após as entrevistas, a análise dos testemunhos foi estruturada a partir dos estados em que o turista se põe e das atitudes que ele toma perante o campo", ressaltou a professora. Esse processo possibilitou esclarecer inúmeros aspectos que permeiam as representações e os sentimentos dos turistas associados à ideia de campo. Para a professora, o turista não reconhece o campo como o espaço em que o homem produz para a subsistência e trabalha de costas dobradas: ele se dirige ao campo em busca de natureza, ar puro, água e tudo o que não encontra no meio urbano. "O turista procura esse espaço como uma paisagem bonita, que lhe proporciona paz, felicidade e liberdade", ressaltou Maria Francisca Nogueira.

Na pesquisa, constatou também que o turista atribui ao meio rural um sentido sagrado. "Observei que há uma dimensão sagrada, separada das coisas profanas e do cotidiano da vida urbana prosaica", afirmou a professora. Ela concluiu que "é no contato com o chão sagrado do campo que o turista tem o gesto de tirar os sapatos da vida social e prática, para desfrutar da força e do poder da natureza".

Em sua pesquisa, verificou que a busca imaginária do turista por meio do campo também acontece pelo ritual da refeição. "As comidas típicas de Goiás evocam, por associação, o cheirinho e o gosto das comidas preparadas no fogão à lenha. O pequi, alimento mais apreciado pelos turistas, adquire sacralidade simbólica como um emblema da goianidade", explicou Maria Francisca Nogueira.

As pessoas vivem o turismo rural de forma poética, com atitude contemplativa e, ao mesmo tempo, com sentimentos de lembrança. "Elas apreciam o campo com visão simples, intuitiva, admirativa e afetuosa em que mais se ama do que se conhece e, por isso esse espaço é mais ou menos inefável. A contemplação começa, portanto, com o deleite dos sentidos visão, audição, tato e paladar", destacou a professora. Durante as entrevistas, ela observou que as significações que os turistas mais associam à ideia de campo em sua contemplação são a tranquilidade, a paz, o sossego, o silêncio e o descanso. Ela observou que, ao rememorar o campo, o turista também atribui-lhe um sentido de lembrança. "São as recordações infantis: dos brinquedos artesanais, dos banhos de córrego, de subir nas árvores e das festas populares", explicou a professora.

Buscar o campo pode ter inúmeros motivos, desde aquele desejo de recuperar as raízes por meio do folclore, dos hábitos e da tradição, até a redescoberta e a valorização dos bens ambientais, passando pelo anseio por outros tipos de sociabilidade que se acredita não existir na cidade. Segundo a professora, apesar de o rural suscitar no turista a visão paradisíaca, a grande maioria não trocaria a vida urbana pela vida rural. "As pessoas consideram que a vida no campo é poética mas não é prática", explicou Maria Francisca. As entrevistas mostraram que o turista rural em Goiás- espera um estabelecimento turístico que se pareça com a fazenda, mas com todo o conforto da cidade. "Eles tempe-ram suas lembranças do campo com a comodidade da vida urbana. Recordam que o lampião, embora romântico, significa falta de eletricidade e apreciam a certeza de que a água gelada da bica pode ser substituída pelo chuveiro elétrico", completou Maria Francisca Nogueira.

Veja mais conteúdo em www.jornalufgonline.ufg.br

ARTIGO

*João Teodoro Pádua **

Goiás busca consolidação de políticas de ciência, tecnologia e inovação

A articulação entre centros de produção de ciência, particularmente as universidades, e os governos deve ser considerada uma alternativa para a definição de políticas públicas mais eficientes nas áreas de atuação do Estado.

Políticas de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) devem considerar não somente as demandas sociais e econômicas presentes, mas, especialmente, ter um olhar para o futuro, criando bases científicas e tecnológicas capazes de promover e suportar o desenvolvimento social e econômico.

Na esfera estadual, o sistema ciência, tecnologia e inovação deve contemplar incentivo e financiamento público para a ciência básica, que constitui o alimentador do conhecimento, além de políticas bem definidas que estimulem maior interação com o setor privado e a inovação tecnológica. No caso de Goiás, a política de C,T&I deve ser coordenada e colocada em prática por uma Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia sólida e forte, atuando como locus da elaboração de programas de C,T&I.

As fundações de amparo à pesquisa (FAPs) são instrumentos de apoio na execução das políticas de C&T dos estados. Em Goiás, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg) está exercendo esse papel e sua consolidação é uma meta a ser cumprida para a afirmação do estado como produtor de conhecimento e assim adquirir sua autossuficiência tecnológica. Ações importantes como a captação de recursos complementares ao seu orçamento estão também entre as atribuições da Fapeg.

O progresso científico e tecnológico do estado requer investimentos permanentes do governo estadual, seja por meio de financiamento direto a projetos de pesquisa científica ou por concessão de bolsas de estudo destinadas à formação de recursos humanos. A falta desses investimentos deixa Goiás em desvantagem, quando comparado à maioria dos estados da federação.

A produção científica brasileira apresentou crescimento significativo nos últimos anos e colocou o Brasil em posição de destaque: 13º lugar no ranking das publicações de artigos científicos no mundo, representando 2,8% das publicações em 2008. No entanto, quando se considera o número de patentes brasileiras registradas, não se observa tal crescimento. No ranking de países que mais registraram patentes, o Brasil ocupa a 24ª colocação, com apenas 480 registros em 2009, ou seja, 0,3% do total mundial de patentes registradas, enquanto a Coreia do Sul registrou 8.000 patentes, ocupando o 4º lugar. Cabe também aos governos implementar políticas voltadas para a transferência e a inovação tecnológica como mecanismos de estímulo ao desenvolvimento do setor industrial e comercial, tendo como meta a geração de novos postos de trabalho e a projeção nacional e internacional de empresas de tecnologia. São exemplos de ações imediatas de uma política de transferência de tecnologia e inovação, entre outras iniciativas, o apoio a incubadoras de empresas vinculadas aos centros universitários e de pesquisa, a implantação de parques tecnológicos e a criação de centros regionais de tecnologia.

A divulgação da produção do conhecimento contribui para a educação científica de toda a população, sobretudo de jovens estudantes. Tecnologias avançadas estão cada vez mais presentes no dia-a-dia, reforçando a importância de ações que contribuam para democratizar o conhecimento, popularizar a ciência e estimular jovens talentos para as carreiras científicas, além de complementar as atividades formais do ensino de ciências. Merecem destaque, nessa perspectiva, programas de divulgação e educação científica informal, como museus e centros de ciência.

*Coordenador de Transferência e Inovação Tecnológica, da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UFG

CAI Coordenadoria de Assuntos Internacionais

Intercambistas norte-americanos chegam à UFG

A UFG recebeu, em julho, estudantes do Canadá e dos Estados Unidos. A canadense Lia Aguiar-Almeida estuda Ciências da Vida na Universidade de Toronto e veio fazer um curso de três semanas que integra estudos teóricos e vivência com o Grupo Tutorial PET-Saúde da UFG. O grupo atua numa unidade de atenção básica à saúde da família. Já os estadunidenses Sheela Bhongir e Kristopher Fortin cursam Planejamento Urbano na Califórnia State University, ficarão em Goiânia até dezembro e cursarão, no Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), disciplinas relacionadas com a sua graduação. Para facilitar seu aprendizado e ampliar seus conhecimentos, os três estão estudando língua portuguesa na Faculdade de Letras, que oferece esse curso para estrangeiros.

Professores cubanos visitam cidades goianas

O vice-reitor, Eriberto Francisco Bevilaqua Marin, recebeu, dia 20 de junho, os professores cubanos Ernesto Gomes Buzon e Marisol Rivero Herrada. Os docentes são agrônomos, lecionam na Universidad de Granma e são especialistas em ciências do solo. O professor da Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos da UFG, Wilson Mozena Leandro (centro), recebeu os docentes cubanos e acompanhou-os nos seus dez dias de estadia no estado. Eles realizaram visitas técnicas em campos de produção orgânica de açúcar e de agricultura familiar, em cidades do interior de Goiás, como Goiatuba e Pirenópolis. A visita ao Brasil foi proporcionada por convênio entre a UFG, a Universidad de Granma e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Vinicius Batista

Cerrado é tema do encontro de botânicos

Goiânia e Pirenópolis sediaram, entre os dias 26 e 29 de julho, o VIII Encontro de Botânicos do Centro-Oeste (Enboc). Com o tema "Desafios para conservação e manejo da flora do Cerrado", o evento propiciou a discussão de estratégias públicas de promoção do conhecimento sobre a flora nativa, do planejamento ambiental e do desenvolvimento sustentável. Além disso, o encontro teve como foco fortalecer os grupos de pesquisa das universidades, aperfeiçoar a formação profissional da área e valorizar os conhecimentos em botânica.

A professora do Instituto de Ciências Biológicas da UFG e presidente do VIII Enboc, Vera Lúcia Gomes Klein, destacou a importância acadêmica do encontro, que contribui para ampliar os horizontes dos participantes e da instituição. "É uma oportunidade impar para os alunos terem contato direto com pesquisadores e professores que antes só eram vistos nos livros de Botânica. Além disso, a universidade ganha visibilidade perante as organizações de fomento à pesquisa", explicou Vera Klein.

Wagmar, PUC-GO

Da esquerda para a direita, estão os professores Ângelo Rizzo e Vera Lúcia Klein, a representante da Sociedade Botânica do Brasil, Vera Coradin, o reitor da PUC-GO, Wolmir Therezio Amado, e o vice-reitor da UFG, Eriberto Francisco Bevilaqua Marin, durante a abertura do evento

Confira detalhes do evento em www.jornalufgonline.ufg.br

TEMPO DE ESTÁGIO

Está em estágio? Não se esqueça da documentação

Angélica Queiroz

A UFG tem 545 estudantes distribuídos em suas unidades acadêmicas e órgãos cumprindo estágio curricular nãoobrigatório. Para ter acesso às vagas de estágio os interessados devem ficar atentos aos editais de seleção publicados pela Pró-reitoria de Graduação (Prograd), em parceria com a Pró-reitoria de Administração e Finanças (Proad).

Após a seleção, os aprovados precisam cumprir as exigências do Ministério do Planejamento, que constam na Normativa N. 07/2008. São elas: assinatura do Termo de Compromisso; preenchimento do Plano de Trabalho; apresentação mensal da frequência e, de dois em dois meses, dos Relatórios Parciais de Estágio. Esses procedimentos devem ser submetidos ao consentimento das três partes envolvidas: órgão ou entidade, instituição de ensino e estagiário.

É dever dos supervisores de estagiários dos órgãos e unidades concedentes do estágio cobrar esses documentos de seus estagiários. No entanto, também é essencial que os estagiários respeitem os prazos de entrega. O não preenchimento e entrega adequada dos documentos exigidos acarretam a interrupção do pagamento da bolsa de estágio e/ou desligamento do estagiário. Veja a Normativa N. 07/2008 no site da Prograd, pelo link: http://www.ufg.br/this2/uploads/files/89/081031_ON_07.pdf.

Estudiosos buscam meios de reerguer a Pedra Goiana

Equipe técnica formada por professores da UFG esteve na Serra Dourada para avaliar os procedimentos necessários para recuperar a composição original do monumento natural

Illa Rachel

Considerada um monumento símbolo do estado de Goiás, a chamada Pedra Goiana resultou do arranjo inusitado de blocos de rocha de tamanhos muito diversos, submetidos ao processo de erosão. O bloco maior, que se apoiava em uma delicada composição de pequenos blocos e pairava suspenso, tem um peso estimado de 60 toneladas. Localizada a uma altitude de 1.050 metros, em uma área de difícil acesso, situada às margens da GO 164, essa obra, que a natureza levou mais de 700 milhões de anos para esculpir, desafiava a gravidade, balançando sem perder o equilíbrio. Afirma-se que a Pedra Goiana podia oscilar até 50 centímetros sob o peso de 40 ou 50 pessoas em seu topo. No entanto, o monumento, considerado um dos símbolos do estado, foi desfeito no dia 11 de julho de 1965. Segundo consta nos relatos dos habitantes da região, um grupo de estudantes, utilizando um macaco hidráulico para remover os blocos de rocha, destruiu o arranjo monumental que a natureza levara séculos para esculpir.

A ideia de reerguer a Pedra Goiana surgiu em 1996. A sugestão do deputado Tito Coelho foi que se constituísse uma comissão para avaliar as possibilidades de recomposição do monumento. Porém, em vista da falta de recursos na época, a proposta não teve seguimento. A ideia permaneceu latente e, em 2010, a reestruturação da Pedra Goiana voltou a ser considerada. Com o apoio das Prefeituras de Goiás e de Mossâmedes, foi formada uma comissão na UFG, presidida pela pró-reitora de Graduação, Sandrama-ra Matias Chaves, e constituída pelos professores da Escola de Engenharia Civil, Enio José Pazini Figueiredo e Márcio Belluomini Moraes, pelo professor do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), José Affonso Brod, e pelo diretor da reserva, José Angelo Rizzo.

Na primeira visita técnica ao monumento, realizada no mês de julho, foram recolhidas amostras da pedra e realizada uma ultrassonografia para verificar o estado do interior da rocha, além de dimensioná-la. Os dados coletados serão analisados para estimar as características físicas, mecânicas e mineralógicas da pedra. O projeto está em andamento e essa iniciativa é um passo importante no resgate da história do estado de Goiás.

Serra Dourada – A fauna e a flora do estado de Goiás são ricas. Espécies nativas do Cerrado, uma vegetação caracterizada por formações típicas, como a floresta ciliar e de encosta, alternando com formações rupestres, compõem a paisagem dessa região. A Serra Dourada, localizada nas proximidades da cidade de Goiás, é um bom exemplo. Parte da cadeia de montanhas que corta o estado, ela abriga formações de arenito e campos altos e tem grande importância ecológica, em virtude da fauna, da flora e das nascentes. As areias de cores diversas, empregadas na composição das obras de arte de Goiandira do Couto e de outros artistas, tornaram famosa a serra. No ano 2000, por decreto estadual e sob a responsabilidade da Agência de Meio Ambiente do Estado de Goiás, foi criada na serra uma área de proteção ambiental (APA), que abriga o Parque Estadual da Serra Dourada. Este abrange uma área de 22.388 hectares e estende-se do ponto em que a rodovia de Goiânia (GO) para a cidade de Goiás cruza a Serra Dourada até o Rio dos Índios.

Dentro dos limites do parque encontra-se a Reserva Biológica Serra Dourada. Localizada entre os municípios de Goiás e Mossâmedes, tem uma área aproximada de 144 hectares. Como resultado da iniciativa do professor José Ângelo Rizzo de identificar áreas de terras pertencentes à União, ao estado ou a municípios que pudessem ser doadas à Universidade Federal de Goiás (UFG) para o desenvolvimento de estudos científicos e preservação ambiental, a UFG recebeu, em 1968, uma gleba com características especiais, tanto do ponto de vista botânico como do geológico, a qual veio a constituir a reserva. Ela abriga inúmeras nascentes e vegetação muito variada, com destaque para o pau-papel (*Tibouchina papyrus),* que ocorre somente na Serra Dourada e no estado do Tocantins. O pau-papel produz uma belíssima flor, mas é o seu caule que chama a atenção, por causa da parte da casca chamada ritidoma, que se desprende da superfície em finas camadas semelhantes ao papel. Em razão dessa característica, foi declarada nos termos da Lei nº 7.160, de 30 de novembro de 1972, a árvore símbolo de Goiás.

A Reserva Biológica da Serra Dourada, ou Reserva Biológica Professor Ângelo Rizzo, foi inaugurada em 19 de junho de 1996. As rochas que compõem a reserva têm cerca de 1,2 bilhões de anos e as formações horizontais, cerca de 60 milhões de anos. Um dos destaques da Serra Dourada são as esculturas naturais produzidas pela ação dos ventos e da chuva durante milhares de anos. A reserva dispõe de alojamentos e laboratórios, dotados de energia elétrica e captação de água, que servem de base para os estudiosos.

Pedra Goiana em 1965

Divulgação

Além de ultrassonografia para verificar o estado do interior da rocha, a equipe técnica demensionou o bloco e recolheu amostras para analisar suas características físicas e mineralógicas

Fotos: Carlos Siqueira

Veja mais conteúdo em www.jornalufgonline.ufg.br